



REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor José Mucio Monteiro, Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor José Mucio Monteiro, Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor José Mucio Monteiro, Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na





Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões; tendo em vista o potencial estratégico e militar do urânio brasileiro, razão pela qual o Ministério da Defesa deve se manifestar sobre transações envolvendo recursos de relevância para a segurança nacional. A venda para uma subsidiária de um governo estrangeiro levanta preocupações sobre a defesa do país.

Isto porque, conforme noticiado¹, a recente venda da maior reserva de urânio do Brasil, localizada em Presidente Figueiredo, no Amazonas, à China Nonferrous Trade Co. Ltd. (CNT), uma subsidiária do governo chinês, por US\$ 340 milhões, cerca de R\$ 2 bilhões, trouxe à tona sérias preocupações sobre a política de gestão de recursos estratégicos no país. Este negócio, formalizado pela mineradora Taboca, transfere para controle estrangeiro um ativo de extrema importância para o desenvolvimento econômico e a soberania nacional.

A venda da reserva de urânio à China foi comunicada no início da tarde da última terça-feira, 26, ao Governo do Amazonas pela empresa mineradora Taboca, de acordo com informações divulgadas pelo Globo. A Taboca atua na mina do Pitinga, na região da hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo, desde 1969. Localizada a 107 km de Manaus, a reserva é considerada uma das mais promissoras do país. No comunicado, a empresa diz que naquela terça transferiu 100% de suas ações aos chineses. "Este novo momento é estratégico e constitui uma oportunidade de crescimento para a Mineração Taboca". O texto afirma que o acordo foi firmado pela Minsur S.A., que é uma empresa peruana que controla a Taboca².

O urânio, além de sua aplicação na geração de energia em usinas nucleares, é um insumo crítico para a indústria bélica, sendo

¹ <https://www.institutoidl.org.br/post/china-compra-a-maior-reserva-de-ur%C3%A2nio-do-brasil>

² <https://exame.com/brasil/china-compra-reserva-uranio-niobio-amazonia/>





utilizado na produção de armas nucleares. A reserva vendida também inclui minerais raros e estratégicos, como nióbio e tântalo, indispensáveis para tecnologias de ponta, desde turbinas para motores a jato até baterias e satélites espaciais.

Embora a venda tenha sido justificada como "estratégica" pela Taboca, a transação deixa o Brasil em uma posição vulnerável. O controle de recursos essenciais por uma potência estrangeira como a China, reconhecida por sua política de expansão econômica agressiva, representa uma perda significativa para a indústria nacional. Além disso, a falta de estudos aprofundados sobre o potencial mineral dessa reserva evidencia a negligência do governo brasileiro em assegurar a exploração sustentável e estratégica de seus recursos.

Os minerais críticos vendidos à China poderiam ser fundamentais para impulsionar setores de alta tecnologia no Brasil, gerando emprego, inovação e autonomia tecnológica. No entanto, com a venda, o país abre mão da possibilidade de desenvolver indústrias próprias, cedendo terreno para a dependência econômica e tecnológica.

A venda da mina de urânio de Presidente Figueiredo não representa apenas uma oportunidade perdida para o Brasil, mas um grave retrocesso em termos de independência econômica e geopolítica. Se o país continuar permitindo que recursos estratégicos sejam entregues a potências estrangeiras, estará comprometendo não apenas seu desenvolvimento, mas também sua soberania e capacidade de competir no cenário internacional.

Com efeito, a aquisição da reserva de urânio e nióbio, com potencial estratégico tanto para a indústria bélica quanto para usinas nucleares, ocorreu sem impedimentos, levantando suspeitas de favorecimento ao governo chinês. Essa transação não se trata apenas de um ato comercial; em tempos de instabilidade global, ela





pode ser decisiva para a segurança nacional.

O urânio, essencial para a geração de energia nuclear e para uso militar, não é apenas uma riqueza mineral, mas um ativo estratégico de soberania e segurança energética. A recente venda da maior reserva de urânio do Brasil, localizada no município de Presidente Figueiredo, na Amazônia, alerta para a falta de uma estratégia eficaz de gestão dos recursos estratégicos do país.

Embora 99% do urânio no Brasil seja utilizado para fins energéticos, a venda dessa reserva vital para uma estatal estrangeira vinculada ao governo da China levanta questões críticas sobre o controle e a exploração de recursos estratégicos. A presença de uma empresa chinesa em um setor tão sensível reforça as preocupações sobre a crescente influência externa em áreas-chave da economia brasileira, especialmente considerando os interesses geopolíticos envolvidos.

Paradoxalmente, enquanto enfrentamos severas restrições ambientais, esbarrando constantemente em regulações e pressões de ONGs e decisões ministeriais que limitam a exploração de nossos recursos, vemos uma transação desse porte ocorrer sem grandes questionamentos. Por que os chineses conseguem adquirir a maior mina de urânio do Brasil para beneficiar o minério no próprio Amazonas, próximo a Manaus, enquanto iniciativas nacionais enfrentam tantos obstáculos? Existe um compromisso? Um conluio? Uma seletividade quanto ao que o Brasil pode ou não pode fazer?

Ademais, a exploração de potássio e gás natural na região está paralisada por decisões do Ministério Público Federal (MPF), que atendem a pressões de organizações não governamentais. Essa exploração, especialmente em Autazes (AM), poderia reduzir nossa dependência de importações de países como Ucrânia e Canadá, mas as restrições acabam prejudicando o desenvolvimento do país





e favorecendo interesses estrangeiros.

Enquanto isso, 63% da população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de R\$ 11 por dia para se sustentar. Apesar das riquezas naturais concedidas ao país, restrições e conluíus impedem o progresso nacional, conforme exposto pela CPI das ONGs. Esses recursos pertencem ao povo brasileiro, mas a incapacidade de explorá-los está nos prendendo e limitando nossa evolução econômica e social.

Destarte, a sociedade e a Câmara dos Deputados têm manifestado interesse ativo nesse assunto, e, portanto, acreditamos que a participação do Ministro na audiência permitirá diálogo construtivo e transparente sobre esse importante tema, possibilitando a busca por soluções que promovam o interesse público.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

